

De chuteiras e gravatas: apontamentos sobre a relação entre futebol e poder público na Curitiba das primeiras décadas do século XX

JHONATAN UEWERTON SOUZA¹

INTRODUÇÃO

Ainda que comumente associemos a aproximação entre entidades esportivas e poder público com a chamada "Era Vargas", novos estudos tem indicado que as relações entre esses dois universos - o dos esportes e o da política institucional - ao menos em suas esferas estaduais e municipais, já vinham de longa data quando o caudilho gaúcho chegou ao poder. Pesquisas como as de Victor Andrade Melo, para a cidade do Rio de Janeiro² e Marilita Aparecida Arantes Rodrigues, sobre Belo Horizonte³, lançam luz sobre as complexas teias que uniam uma manifestação tipicamente moderna, o *sport*, e administrações públicas que, no afã de superar o legado imperial, tido como ultrapassado, se engajavam na promoção de novas formas de vivência urbana e corporal, materializações por excelência do novo tempo do progresso anunciado pelas elites republicanas.

Inspirados nessas recentes produções, e atentos às demandas, anunciadas por Luiz Carlos Ribeiro⁴ e Maurício Drumond⁵, por um história política dos esportes e do futebol, neste artigo investigaremos as relações estabelecidas entre as entidades promotoras do futebol e o poder público paranaense e curitibano nas décadas de 1910 e 1920. Interrogando sobre o alcance e natureza desses contatos, no momento mesmo da chegada do futebol à cidade de Curitiba e, numa escala mais ampla, ao Brasil, talvez auxiliemos na compreensão de relações análogas, nem sempre transparentes, que persistem num presente onde a política de promoção de megaeventos esportivos no país torna a embaralhar as esferas privada e pública, esportiva e política. Afinal de contas,

¹ Mestre em história pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), membro no Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade (NEFS-UFPR) e professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

² MELO, Victor A. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas esportivas no Brasil. IN: *Revista Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 3., 2006.

³ RODRIGUES, Marilita A. R.. Esporte, cidade e modernidade: Belo Horizonte. IN: MELO, Victor A. *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

⁴ RIBEIRO, L. Futebol: por uma história política da paixão nacional. IN: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n 57, 2012.

⁵ DRUMOND, Maurício. História política do esporte. IN: MELO, V; DRUMOND, M; FORTES, R; SANTOS, J. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

como sugere Ginzburg: "Para compreender o presente, devemos aprender a olhá-lo de esguelha [...] à distância, como se o víssemos através de uma luneta invertida."⁶

O FUTEBOL NA PAUTA DA REFORMA URBANA I: O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA DIVERSÃO FIDALGA

Desde sua fundação, a *Liga Sportiva Paranaense* (LSP), primeira liga de futebol de Curitiba, buscou aproximar-se do poder público, estreitando seus laços com os governantes locais. Em 08 de maio de 1915, o presidente da entidade, Paulo Assumpção, enviou uma extensa carta a Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do estado, comunicando a fundação da liga e solicitando apoio à iniciativa: "É com o mais vivo entusiasmo que venho comunicar a v. exa. a fundação, nesta capital, da Liga Sportiva Paranaense, confederação que já reúne em seu seio dezoito corporações sportivas, representando cerca de tres mil associados"⁷. Segundo Assumpção, a liga colaboraria na formação de um novo homem para a pátria, um homem forjado na ação, sadio e com orgulho próprio. Em suas palavras, os moços dedicados a: "[...] jogos e exercicios [...] representam a genese de uma força que se prepara para as legiões da Patria"⁸. No mesmo dia, a Assembleia Geral da LSP aclamava, por unanimidade de votos, como presidente honorário da entidade, o prefeito de Curitiba, Cândido Ferreira de Abreu.

Mesmo antes de 1915, a aproximação dos clubes de futebol com a classe política local era um fenômeno recorrente. Na verdade, a presença de autoridades em partidas ou *festivals sportivos*⁹, especialmente aqueles de caráter beneficente, era relativamente comum. Muitos homens públicos, ou pessoas de sua proximidade, eram sócios dos clubes da elite local. É o caso de Joaquim Américo Guimarães, importante dirigente do Internacional, cujo pai, Claro Américo Guimarães, chegou a ocupar a presidência do estado, num período de afastamento do então mandatário, Carlos Cavalcanti. Alguns clubes aproveitavam dessa proximidade com os círculos do poder para angariar privilégios e benefícios do estado.

⁶ GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência e terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p 13.

⁷ BROWN, W. Sport. *Commercio do Paraná*. 08 mai 1915, p 2.

⁸ Idem.

⁹ Sobre os *Festivals Sportivos* e a concepção eclética de esportes abarcada nesses eventos, consultar: CAPRARO, A. *Football, uma prática elitista e civilizadora - investigando o ambiente social e esportivo paranaense do início do século XX*. Dissertação em História - UFPR. Curitiba, 2002. p 107-112.

Pesquisando nos anais da *Câmara Municipal de Curitiba* e da *Assembleia Legislativa do Paraná*, verificamos que, para além do futebol, havia uma grande proximidade do poder público com outros esportes, notadamente o turfe. Apenas em outubro de 1911, a *Câmara Municipal de Curitiba* votou dois requerimentos destinando verbas ao *Jockey Club Paranaense*. O primeiro era um "[...] auxílio para refazer prejuízos [sic] causados na pista do Prado com as últimas enchentes"¹⁰. E o segundo, referia-se a outro "[...] auxílio de 1:000\$000 para atender às despesas com os trabalhos relativos à exposição pecuária"¹¹. Em 06 de agosto de 1914, o vice-presidente do estado enviou um decreto para a apreciação da *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*, suspendendo "[...] o auxílio concedido ao Jockey-Club Paranaense"¹². O recorte inicial de nossa pesquisa nos anais da *Assembleia Legislativa do Paraná* foi o ano de 1910. Entre 1910 e 1914, não encontramos qualquer menção à aprovação de auxílios ao *Jockey Club*. Partindo da constatação lógica, segundo a qual, a suspensão de um auxílio pressupõe a aprovação do mesmo, inferimos que o *Jockey Club* recebia contribuições sistemáticas do estado, desde, pelo menos, a primeira década do século XX. Apesar da suspensão de 1914, nos anos de 1918, 1922, 1928 e 1929, encontramos novas referências ao emprego de dinheiro público em eventos turfísticos.

Quanto ao futebol, a primeira menção que encontramos nas atas da *Câmara Municipal*, data de 25 de julho de 1912. Trata-se de um requerimento: "[...] do 'Paraná Sport Club' pedindo a praça Santos Andrade, por 10 annos, para n'ella installar a sua séde social"¹³. O requerimento sequer chegou a entrar em votação, sendo arquivado na seção de 29 de outubro de 1912. De fato, uma aproximação mais sólida entre os clubes de futebol e a prefeitura de Curitiba só ocorreria durante a gestão de Cândido Ferreira de Abreu (1913-1916). Abreu chegou à prefeitura de Curitiba por indicação direta do presidente do estado, Carlos Cavalcanti. Em sua gestão, a cidade passou por intensas reformas, que visavam, segundo Benvenuto: "sanear, embelezar e policiar" Curitiba,

¹⁰ Acta da sessão em 17 de Outubro de 1911 IN: *Annaes da Camara Municipal de Curitiba 1911-1912*. Curitiba: Typ d'A Republica, 1912, p 10.

¹¹ Acta da sessão em 21 de Outubro de 1911 IN: *Annaes da Camara Municipal de Curitiba 1911-1912*. Curitiba: Typ d'A Republica, 1912, p 13-14.

¹² Decreto N. 534 IN: *Decretos de 1914*. Curitiba: Typ d'A Republica, 1914, p 220.

¹³ Acta da sessão em 25 de Julho de 1912 IN: *Annaes da Camara Municipal de Curitiba 1911-1912*. Curitiba: Typ d'A Republica, 1912, p 116-117.

tornando-a: "[...] uma cidade higiênica, saneada e com cidadãos disciplinados para o trabalho"¹⁴.

As inspirações para as reformas urbanas vinham das recentes experiências de cidades como Paris, Londres, Nova York, Rio de Janeiro e São Paulo. Por meio do embelezamento da capital paranaense, com o calçamento de ruas, revitalização de praças e parques, construção de novos prédios públicos e estímulo à edificação de novas residências no centro - com fachadas modernas, em estilo eclético ou *art nouveau* - objetivava-se inserir a urbe no *hall* das cidades modernas, projetando Curitiba, ao menos do ponto de vista simbólico, aos patamares civilizacionais que emergiam na *belle époque*¹⁵.

Para a execução das reformas, foi criada a *Comissão de Melhoramentos da Capital*, com plenos poderes para promover desapropriações e remanejamentos necessários à feitura das obras¹⁶. Durante esse período, eram enviados relatórios à *Câmara Municipal* informando as atividades da comissão e o andamento das reformas. Em 15 de julho de 1913, Cândido de Abreu enviou uma mensagem aos vereadores, por meio da qual, junto às informações sobre a administração municipal, encaminhava em anexo dois pedidos de auxílio a instituições privadas, avalizados pelo próprio prefeito:

Por achar dignos de vosso estudo junto remetto dois requerimentos: do Club Coritibano e do Internacional Foot-ball Club, desta capital.

[...]

O segundo requerimento, do Internacional Foot-ball Club, que vem precedido de uma bem fundamentada exposição dos motivos, termina por solicitar da Municipalidade um empréstimo de 8:000\$000 (oito contos) que seria aplicado na construção de séde provisoria, cerca do *Ground* e archibancadas. Esta petição está acompanhada dos documentos necessarios á apreciação do caso que deve merecer a vossa symphatia pois se entende com a educação physica da nossa mocidade.¹⁷

No pedido, o prefeito justificava a pertinência do auxílio, apelando às contribuições que as atividades promovidas pelo Internacional F. C. traziam ao desenvolvimento físico da mocidade curitibana. O requerimento enviado por Cândido

¹⁴ BENVENUTTI, A. *As reclamações do povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)*. Dissertação em História - UFPR, Curitiba, 2004. p 90.

¹⁵ Para maiores informações sobre as reformas urbanas realizadas durante a gestão Cândido de Abreu, consultar: SÊGA, R. *Melhoramentos da capital: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)*. Dissertação em História - UFPR. Curitiba, 1996. E: BENVENUTTI, A. *Op cit.* 2004.

¹⁶ Rafael Sêga, chega a afirmar que, a instituição Comissão de Melhoramentos: "[...] conferia ao prefeito poderes 'ditatoriais' na condução das reformas". SÊGA, R. *Op cit.* p 58.

¹⁷ Acta da sessão em 15 de Julho de 1913 IN: *Annaes da Camara Municipal de Coritiba*. Curitiba: Typ d'A Republica, 1913, p 162. Grifo nosso.

de Abreu, seguiu para a apreciação das Comissões de Legislação e Fazenda da casa, que emitiram parecer favorável, apenas três dias após a petição:

As Comissões de Legislação e Fazenda, tendo presente a petição e documentos da sociedade Internacional Foot Ball Club, na qual ella solicita do poder municipal um emprestimo para realizar as obras mais necessarias a seu funcionamento, compromettendo-se a resgatal-a no praso de 3 annos, attendendo que, se a Camara não póde e nem deve conceder emprestimos á particulares, todavia o fim a que se destina a referida sociedade tem grande utilidade porquanto é indubtabel que as diversões exportivas [sic] contribuem muito para o desenvolvimento phisico, as Comissões são de parecer que se conceda um auxilio á mesma sociedade [...].¹⁸

No parecer das comissões, novamente, as supostas vantagens físicas advindas da prática esportiva eram utilizadas como argumento para a concessão do empréstimo. O projeto de lei que destinava 8:000\$000 para o Internacional F. C. foi votado em de 21 de julho de 1913 e aprovado, com unanimidade de votos, em uma seção presidida por Nicolau Mader, membro de uma das famílias fundadoras da agremiação¹⁹. Coincidentemente, na mesma seção foi aprovada uma primeira versão da regulamentação dos serviços de automóveis que, mais tarde, embasaria a confecção das *Instruções para o Transito de Vehiculos*. Conjunto de normas, com peso de lei, que regulamentava o trânsito na cidade. O artigo 58 das *Instruções*, versava sobre os jogos em vias públicas. Nele, lia-se: "Art. 58 - São rigorosamente prohibidos nas vias publicas da capital os jogos de football, diabolo, peteca e quaesquer outros que possam perturbar o socego publico e o transito de vehiculos e pedestres"²⁰.

A aproximação dos esportes com o poder público em momentos de intervenção urbanística, não foi uma peculiaridade curitibana. Em São Paulo, que passou por remodelações urbanas nas gestões Antonio Prado (1899-1910) e Raymundo Duprat (1911-1913), essa realidade se repetiu²¹. No decorrer de 1904, durante administração Prado, houve uma tentativa de regulamentar a prática do futebol na cidade, por meio da lei municipal n. 702, que estabelecia critérios rígidos para a construção de campos - entre outras determinações, era exigido uma distancia de, no mínimo, vinte metros de ruas e residências, além da obrigatoriedade de grades ou cercas que delimitassem o

¹⁸ Acta da sessão em 18 de Julho de 1913 IN: *Annaes da Camara Municipal de Coritiba*. Curitiba: Typ d'A Republica, 1913, p 189-191.

¹⁹ Acta da sessão em 21 de Julho de 1913 IN: *Annaes da Camara Municipal de Coritiba*. Curitiba: Typ d'A Republica, 1913, p 192-193.

²⁰ *A Republica*. 24 nov 1913, p 3.

²¹ Cf: STREAPCO, J. "Cego é aquele que só vê a bola." *O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistanas: S. C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F.C. (1894-1942)*. Dissertação em História - USP, São Paulo, 2010.p 16-27.

perímetro do campo. Entre 1911 e 1913, já sob o governo Duprat, foi edificado o Parque da Floresta, às margens do rio Tiete, espaço que seria apropriado pelos clubes locais, em mais um desses casos de apropriação privada de espaços públicos.

O mesmo podemos dizer do Rio de Janeiro, que assistiu a uma drástica reestruturação de seu quadro urbano durante a gestão de Pereira Passos (1902-1906), quando houve, igualmente, uma aproximação do poder público com os esportes, especialmente o remo²². Nessa conjuntura, tanto Pereira Passos, quanto Rodrigues Alves, estabeleceram relações com clubes de remo, ciclismo, atletismo e turfe. Em 1905 foram construídos, com dinheiro público, barracões - que serviam como garagens de barcos - para os clubes Botafogo e Guanabara. Além disso, foi edificado o Pavilhão de Regatas, atendendo a uma antiga demanda dos clubes locais por um espaço onde pudessem realizar as regatas. E, ainda em 1905, foi aprovado um auxílio anual, no valor de 12.000\$00, para que a *Federação Brasileira de Sociedades de Remo*, organizasse um campeonato escolar anual, competição que só ocorreu em 1905 e 1906.

Em Curitiba, além dos auxílios ao Internacional F. C. e ao *Jockey Club Paranaense*, houve outras iniciativas nesse sentido. Nem todas partiam das classes políticas, algumas vezes, os próprios clubes e colonistas esportivos pressionavam os mandatários locais para conseguirem subsídios públicos às suas atividades. Em 1914, quando ainda se debatia a criação de uma liga na cidade, Frederico Faria de Oliveira comentava a necessidade de auxílio municipal na empreitada: "A prefeitura também, a exemplo do que se passa nos centros adiantados, deve concorrer para a animação do sport, instituindo um premio de honra - a classica taça - que sera disputada por todas as Associações anualmente"²³.

Em outubro do mesmo ano, foi a vez do Paraná S. C. enviar um pedido à *Câmara Municipal* solicitando: "[...] o auxilio de 5:000\$000 que serão empregados em terreno que adquiriu e que está situado no Parque da Providência (Batel), em construção de archibancada e demais obras complementares para o bom funcionamento da associação"²⁴. A letargia do legislativo municipal em inserir o requerimento do Paraná S. C. na pauta de discussões, desencadeou uma verdadeira campanha entre os colonistas esportivos curitibanos, encabeçados por Frederico Faria

²² Cf: MELO, Victor A. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. Rio de Janeiro: *Revista Esporte e Sociedade*, n. 3, 2006, p 11-16.

²³ O Spor. *Commercio do Paraná*. 11 fev 1914, p 2.

²⁴ BROWN, W. Sport. *Commercio do Paraná*. 18 out 1914, p 3.



de Oliveira, que objetivava pressionar os vereadores para a aprovação da concessão. Em diversas ocasiões, os dirigentes do Paraná S. C. convidaram jornalistas para visitarem o *ground* em construção. Dessas excursões ao Batel, resultavam reportagens que, invariavelmente, mencionavam a necessidade da prefeitura apoiar a iniciativa:

Com o que hontem vimos no novo campo do 'Paraná Sport Club' mais uma vez nos convencemos da justiça que faria a nossa Prefeitura se prestasse o auxilio que lhe foi solicitado, auxilio esse que se torna indispensavel, dado o grande sacrificio com que luta aquella associação sportiva para dotar nossa capital de um centro de reunião onde se passe horas de prazer e onde se possa cultivar qualquer genero de sport.²⁵

Apesar dos inúmeros conflitos entre futebolistas e periodistas que encontramos no decorrer da pesquisa, é notável que em alguns momentos - especificamente diante das críticas de intelectuais ao futebol ou quando algum clube das elites pleiteava auxílio público - essas rusgas desapareciam, e os colunistas assumiam a posição de porta-voz dos *sportmen*, advogando pelos seus interesses. Não conseguimos apurar se o Paraná S. C. recebeu ou não os 5:000\$000, mas, durante esse processo, o clube se aproximou significativamente de Cândido de Abreu. Em 21 de outubro, o prefeito foi aclamado sócio honorário da agremiação²⁶ e, em 11 de novembro, o mandatário recebeu em seu gabinete uma comitiva do Paraná S. C. para discutir os pormenores do projeto²⁷.

Aproveitando-se das mal traçadas fronteiras entre o público e o privado que caracterizavam uma sociedade recém egressa da escravidão, com uma esfera pública ainda em consolidação, os clubes locais, por vezes, intercediam junto às instâncias municipais, afim de apropriarem-se de espaços comuns para o seu uso privado. Nesse sentido, o *Spartano Sport Club*, em 1916, solicitou à *Câmara Municipal* a praça Senador Correia, para ali construir o seu campo: "Requerimento do Spartano Sport Club, pedindo o uso e gozo da Praça Senador Correia, para nella estabelecer o seu campo de foot-ball"²⁸.

De fato, como elucidam os exemplos narrados, ensaiou-se uma aproximação inédita entre o Estado e os clubes de futebol durante as gestões de Cândido de Abreu e Carlos Cavalcanti. Contudo, a destinação de dinheiro público para associações privadas, não se deu sem críticas. Muitas vozes se levantaram contra essa situação, questionando

²⁵ BROWN, W. Sport. *Commercio do Paraná*. 21 out 1914, p 3.

²⁶ BROWN, W. Sport. *Commercio do Paraná*. 22 out 1914, p 3.

²⁷ BROWN, W. Sport. *Commercio do Paraná*. 11 nov 1914, p 3.

²⁸ Acta da sessão em 26 de Julho de 1916 IN: *Annaes da Camara Municipal de Coritiba*. Curitiba: Typ d'A Republica, 1916, p 213.

os supostos benefícios coletivos que esses auxílios trariam e atentando para o caráter elitista dessas associações "com quem nada tem o povo":

Vezeis tem havido em que o dr. Candido de Abreu, dando a mão a sociedades sportivas, as quaes tem auxiliado monetariamente, não vae de encontro a interesse algum da população. O povo da capital não quer saber, em absoluto, si em Coritiba existem ou não sociedades sportivas, que nenhuma vantagem lhe trazem. O que elle quer saber é que os melhoramentos da cidade prossigam de molde a que Coritiba possa bem impressionar aos seus visitantes, concorrendo, tambem, para offerecer maior conforto aos municipes. Tem errado, pois, o sr. prefeito municipal prestando auxilios monetarios a sociedades com que nada tem o povo.²⁹

O FUTEBOL NA PAUTA DA REFORMA URBANA II: A PROIBIÇÃO DO FUTEBOL NAS RUAS DE CURITIBA

Desde sua chegada a Curitiba, na primeira década do século XX, o futebol provocou sentimentos ambíguos entre a população. Por um lado, os praticantes agremiados nos principais clubes locais reivindicavam uma missão civilizadora e higienista para este esporte. No extremo oposto, alguns intelectuais e profissionais liberais da cidade, aglutinados em torno da campanha "Urge Reagir!", lançada pelo advogado e dramaturgo Seraphim França, se levantavam contra o que consideravam a "degeneração dos costumes" e a "decomposição social" da cidade, fruto de um conceito deturpado de "civilização", emprestado de outros países e grandes cidades, que não teria espaço na idealizada Curitiba de outrora, vista em retrospectiva como pacata e ordeira: "[...] o depravado conceito de civilização que entre nos se pretende implantar e que não é sinão a capa em que se acoberta a horda de salafrios e patifes, arvorados em innovadores dos nossos costumes"³⁰. Um dos subprodutos desse "depravado conceito de civilização" seria o recém-importado esporte bretão que, na opinião de um dos correligionários de França, o professor Flávio Luz, estaria entre as principais causas de corrupção da mocidade:

Em ultimo lugar vem o celebre e pernicioso foot-ball, grosseiro e funesto sport que se implantou entre nós como um verdadeiro flagelo.

Desde os bebes até os moços que só se occupam com os matchs, pelos cafés, pelas esquinas, pelos theatros, por toda a parte, enfim, grupos e mais grupos se formam para cultivar a força dos musculos em detrimento da cultura da inteligencia que se vê assim absorver pela terrivel obsessão do football.

De outra cousa não se occupam os nossos filhos sinão do famoso sport, origem de males incuraveis, de vicios abominaveis e de outras muitas surpresas dolorosas.

Dahi a indiferença pelo trabalho e pelos livros, a preferencia dos "cabarets", só frequentados por individuos que não prezam a sua dignidade e que não vacillam em arrastar

²⁹ Enquanto a miseria bate a porta dos lares a prefeitura auxilia companhias teatraes. *Diário da Tarde*. 05 jul 1915, p 1.

³⁰ FRANÇA, Seraphim. Urge reagir. *Commercio do Paraná*, 25 mar 1917, p 2.

para esses antros de corrupção e de immoralidade crianças inconscientes dos seus actos.³¹

Para os cronistas esportivos, no entanto, o problema deveria ser colocado de outra maneira. Fiéis defensores da prática do futebol aos moldes das elites, esses jornalistas entendiam que o problema não estava no futebol em si, mas na forma como ele era apropriado e praticado pelos segmentos empobrecidos da sociedade, que improvisavam os equipamentos necessários, utilizavam os espaços públicos como campos e não respeitavam as normas inglesas que regulamentavam o jogo³².

Não tardou para que esses debates extrapolassem a imprensa e adentrassem ao terreno da administração pública. Sintomático disso é a relação que a administração de Cândido de Abreu estabelece com as apropriações populares do futebol, perseguindo o futebol de rua e o varzeano. O que, por seu turno, descortina outro objetivo da reforma urbana de Curitiba, qual seja, o de promover um verdadeiro saneamento social, que tinha como alvo central a cultura e os costumes populares, associados, pelas elites dirigentes, à desordem e ao atraso. Nesse processo, o alargamento do conceito de "ordem pública" e a estruturação de um aparato policial, encarado como "guarda avançada da vida e da propriedade"³³, empurram ao âmbito do crime e da vigilância hábitos e divertimentos dos segmentos empobrecidos da população. Como afirma com ironia Maria Ignez De Boni:

Reurbanizar implicava, também, em afastar do espaço refinado, dos olhos e narizes das senhoras e cavalheiros que compravam suas *echarps*, luvas de pelica e gravatas da ultima moda parisiense no Chic de Paris ou ia ao Cinema Smart, a população pobre, suja e feia³⁴.

É no bojo desse processo de reconfiguração dos sentidos do espaço urbano que o futebol, seguindo o destino de outras práticas culturais das camadas populares, foi proibido nas ruas e logradouros públicos de Curitiba. Como vimos, os primeiros debates na câmara municipal sobre o assunto remetem ao ano de 1913, quando foram organizadas as *Instruções para o Transito de Vehiculos*. Em 1919, reafirmando a proibição que já constava nas *Instruções*, o *Codigo de Posturas do Municipio de Coritiba*, em seu capítulo V "Policciamento das Ruas; Liberdade de Transito", artigo 82, estabelecia: "São rigorosamente prohibidos os jogos de foot-ball, diavolo e peteca nas

³¹ LUZ, Flávio. Por que decahimos - Um grande mal social. *Diário da Tarde*, 23 abr 1915, p1.

³² SOUZA, Jhonatan U. *O jogo das tensões: clubes de imigrantes italianos no processo de popularização do futebol em Curitiba (1914-1933)*. Dissertação em História - UFPR, 2014. p 61-65.

³³ BONI, Maria Ignez. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p 76.

³⁴ Idem, p 42.

vias publicas, bem como qualquer outro jogo que possa perturbar o transito. Pena de 20\$000 de multa"³⁵. As mesmas *Posturas do Municipio*, no capítulo XIV "Casas de jogos. Diversões Publicas", artigo 218, dispunha: "Dependem de licença municipal: 1 - Casas de jogos de bilhar ou de bólas, compreendido o foot-ball [...] Ao infractor multa de 100\$000"³⁶. Na prática, enquanto o artigo 82 vedava a possibilidade de utilizar a rua enquanto espaço alternativo para as diversões futebolísticas, o artigo 218 dificultava o estabelecimento de campos improvisados na cidade, pois o espaço teria que passar pela inspeção municipal e os pagamento de taxas, que precedia a expedição da licença. Mais uma vez Curitiba não estava sozinha na iniciativa, em Salvador vigorava uma determinação da Intendência, desde 1903, que delimitava locais específicos para a prática do futebol³⁷, e São Paulo, em 1923, aprovou uma lei proibindo o esporte bretão em ruas e praças da cidade³⁸.

Ao que tudo indica, a lei, efetivamente, foi aplicada, como sugere uma publicação de agosto de 1915, em *A República*: "O guarda n. 80 entregou ao sr. dr. Sampaio Quente! uma bolla que apreendeu de uns menores que jogavam foot-ball na rua 13 de Maio"³⁹. Na realidade, a proibição da prática do futebol nas ruas, por meio da legislação municipal, transferia à alçada da polícia a responsabilidade de mediar as disputas por espaço numa cidade em constante transformação. Aproveitando desse suporte legal, os próprios indivíduos incomodados com o futebol jogado nos logradouros públicos, passaram a se reportar à guarda civil, ou às colunas policiais dos periódicos curitibanos, reivindicando a ação policial no sentido de intervir para que a brincadeira cessasse.

Esse é o caso de Christiano Braun, morador da rua Padre Agostinho, no Campo da Galicia, que, em março de 1918, abriu uma queixa na polícia contra: "[...] muitos menores, dirigidos por 2 filhos de um seu visinho de nome Schubell [que] constantemente promovem jogos de foot-ball de frente à sua casa tendo ainda hontem sido machucado com a bola um seu filho menor de 2 annos". Prossegue o queixoso:

³⁵ *Codigo de Posturas do Municipio de Curitiba*. Curitiba: Typ da Republica, 1919, p 26. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

³⁶ *Idem*

³⁷ SANTOS, H. *Op cit*, p 6.

³⁸ STREAPCO, J. *Op cit*. p 16-17.

³⁹ Ultimas noticias. *A Republica*. 18 ago 1915, p 2.

"[...] os menores, além disso, costumam injuriar pessoas de sua família"⁴⁰. Não sabemos como terminou a denúncia de Braun, mas, periodicamente, os jornais noticiavam ações policiais dessa natureza. Em fevereiro de 1917, o *Diário da Tarde* narrou a história de um tal Miguel Silva, "extremado amante do football", que vivia a "dar com o pé na bola, chegando, mesmo a jogar até nas ruas centrais da cidade". Num dia de pouca sorte: o "footballer maniaco saiu-se mal". Conforme o cronista: "[...] quando, entusiasmado, se preparava para fazer um goal na vitraça de uma casa da rua Marechal Deodoro, o guarda civil n. 90 deitou-lhe as mãos em cima, levando a bola e o 'boleiro' para o posto central"⁴¹.

Dessa maneira, enquanto os clubes da elite local se entrincheiravam em ligas excludentes e cercavam seus *grounds*, não raro, com auxílios públicos, as ruas se fechavam à prática do futebol e os campos improvisados passavam a ser regulamentados pela prefeitura. Era a reprodução, por meio do futebol, de um dilema mais amplo, que abarcava uma relação dual e conflitiva, por um lado, e circular e retroalimentar, por outro, entre as culturas de elite e popular. Era uma expressão do trato distinto que o Estado dispensava a essas diferentes formas de experimentar a cidade, experiências determinadas, em última instância, pelo pertencimento de classe.

CALÇANDO AS CHUTEIRAS E VESTINDO A GRAVATA: O FUTEBOL VAI AO PARLAMENTO

Para além dos financiamentos estatais a empreendimentos de clubes futebolísticos e da perseguição de legisladores e policiais ao futebol de rua - apropriação tida como menos digna do então fidalgo esporte bretão - as relações entre política e esportes assumiram outras formas, nem sempre tão evidentes. Como vimos, desde os primeiros anos de institucionalização do *football* em Curitiba, observou-se uma intensa proximidade das instituições gestoras desse esporte com grandes figuras políticas locais.

Entre os fundadores dos primeiros clubes da capital paranaense, estavam membros de importantes famílias da cidade com inserção na vida política local, como os Mader, Guimarães e Leão, do Internacional e os Seiler e Hauer, do Coritiba⁴². O jogo de estreia da primeira liga curitibana, a *Liga Sportiva Paranaense* (LSP), entre

⁴⁰ E preciso acabar com isso. *Diário da Tarde*. 05 mar 1918, p 2.

⁴¹ A Rua Deodoro não é ground, "seu" Silva!. *Diário da Tarde*. 20 fev 1917, p 3. Agradeço a Pamela Beltramin Fabris pela indicação.

⁴² SOUZA, J. *Op cit.* p 46-57.



Internacional e América, em 1915, contou com a presença do presidente do estado, Carlos Cavalcanti, e do prefeito da capital, Cândido de Abreu, nas tribunas da praça de esportes do Internacional⁴³. A presença de políticos em eventos esportivos seria uma constante nos anos subsequentes.

Em maio de 1916, depois da cisão na LSP que originou a *Associação Paranaense de Sports Athleticos* (APSA), o sucessor de Cavalcanti, Affonso Camargo, visitou por diversas vezes os festivais esportivos promovidos pela nova entidade⁴⁴. Em 1917, depois da reunificação das duas ligas sob o nome *Associação Sportiva Paranaense* (ASP), o presidente do estado ganhou um torneio em seu nome, a Taça Affonso Camargo, antecessora do Torneio Início, que inaugurou a temporada daquele ano⁴⁵. Por falar em taças, presentear a ASP com esses artefatos era, também, uma estratégia de aproximação dos políticos com as rodas esportivas. Foi com esse intuito que o deputado Luiz Bartholomeu doou a Taça Paraná disputada pelos clubes do estado em 1918 e 1919⁴⁶.

A aproximação dos políticos locais com as entidades promotoras do futebol pode ser explicada de duas formas: em primeiro lugar, os grupos que controlavam essas instituições pertenciam ao mesmo estrato social e, por vezes, familiar, da classe política paranaense. Logo, se levarmos em conta que os *festivais esportivos* eram espaços de sociabilidade das elites curitibana, não seria de se estranhar a presença da classe política nesses eventos. Por outro lado, interessava às autoridades públicas, municipais e estaduais, associar sua imagem a uma prática de grande apelo popular, que reivindicava valores caros à sociedade do período, como modernidade, civilização, regeneração do homem nacional, ética do ativismo e civismo. Era como se tentassem se apropriar do capital simbólico do futebol, o ressignificando e transformando-o em capital político, num jogo de mão dupla, onde os dirigentes se legitimavam frente aos esportistas por sua proximidade com a classe política, enquanto esta procurava colar sua imagem aos valores modernos propagados pelos *sportman*.

Mas, essa relação entre futebol e política nem sempre foi harmoniosa. Ao menos em um ponto dirigentes esportivos e administradores públicos discordavam: a questão

⁴³ CARDOSO, Francisco Genaro. *História do futebol paranaense*. Curitiba: Grafipar, 1978. p 28.

⁴⁴ SPORT. *Commercio do Paraná*. 14 mai 1916. p 2.

⁴⁵ CHRESTENZEN, Levi M; MACHADO, Heriberto I. *Futebol Paraná História*. Curitiba: Dígito, 1990. p 22.

⁴⁶ SPORT. *Commercio do Paraná*. 30 mai 1918. p 1. DESPORTOS. *Gazeta do Povo*. 02 jul 1919. p 3.

dos impostos sobre clubes, ligas e eventos esportivos. Desde 1916, Luiz Guimarães, importante dirigente do América, publicava uma série de artigos na imprensa curitibana defendendo isenção fiscal para entidades esportivas e subvenção governamental para suas atividades⁴⁷. O debate perdurou por toda a segunda metade da década de 1910, atingindo seu ponto máximo em 1921, quando a prefeitura municipal resolveu cobrar os impostos atrasados dos clubes que possuíam campos. Pressionado pelos clubes filiados, o presidente da ASP, Antonio Jorge Machado Lima, se reuniu com o prefeito João Moreira Garcez, para se informar sobre as cobranças e reivindicar o perdão da dívida. Segundo relato de Lima, publicado em nota oficial pelo *Commercio do Paraná*, o prefeito teria se comprometido a suspender a cobrança provisoriamente, esperando a Câmara Municipal se posicionar sobre a isenção de impostos solicitada pela lica:

[...] o pagamento de licença para os campos de foot-ball é feito uma unica vez e que quanto ao imposto por partida ou função é exigencia das posturas municipais e que, entretanto, estava fixado em dez mil reis, o minimo, e que não seria cobrado até que a Camara Municipal, poder competente para fazelo, resolva a respeito da isenção ás partidas de football mediante requerimento dos clubes interessados.⁴⁸

Foi nesse contexto de indecisão sobre a questão dos impostos que surgiu as primeiras notícias da candidatura do presidente da ASP, Antonio Jorge Machado Lima, para deputado estadual. Filho de Vicente Machado da Silva Lima, importante político paranaense, presidente do Estado entre 1904 e 1906, Antonio Jorge era bacharel em direito e acumulava os cargos de fiscal da fazenda nacional e consultor jurídico da Delegacia Fiscal do Paraná. Filiado, como seu pai, ao Partido Republicano Paranaense, Antonio Jorge se uniu a um grupo de dissidentes que, em 1914, romperam com o PRP, por discordarem dos rumos tomados pelo governo estadual de Carlos Cavalcante⁴⁹.

Como ironizava Willian Brown, cronista esportivo do *Commercio do Paraná*, Machado Lima era "mais político do que esportista"⁵⁰. De fato, foi por sua influência política que Machado Lima assumiu a presidência da LSP em 1916, sem nunca antes ter dirigido ou jogado por um clube de futebol. Em 1918 voltaria à presidência, desta vez da ASP, de onde sairia no ano seguinte, para voltar em 1920 e ali ficar até 1922. Foi nessa condição, de representante máximo dos *sportman* paranaenses, que Antonio Jorge Machado Lima se lançou ao pleito em 1921.

⁴⁷ GUIMARÃES, Luiz. Imposto Ridículo. *Commercio do Paraná*. 12 nov 1916. p 3.

⁴⁸ ESPORTES. *Commercio do Paraná*. 22 jul 1921. p 3.

⁴⁹ DAGOSTIM, Maristela W. *A República dos conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)*. Dissertação em Ciência Política - UFPR. Curitiba, 2011. p 154.

⁵⁰ CARDOSO, Francisco. *Op cit.* p 37.

Em 12 de agosto de 1921, algumas semanas após a reunião com o prefeito de Curitiba, os dirigentes das principais agremiações da cidade inauguraram na sede da ASP um: "retrato do sr. dr. Antonio Jorge Machado Lima, que, com zelo e criterio vem, desde ha muito, occupando o cargo de presidente daquela entidade"⁵¹. Após noticiar a solenidade, o cronista do *Commercio do Paraná* anunciou a pretensão dos presentes: "A mocidade esportiva paranaense, achando-se no direito de ter um representante no Congresso Estadual, consta-nos que lançará em breve a candidatura do dr. Machado Lima, a deputado estadual, nas próximas eleições"⁵².

No dia 20 do mesmo mês, dando segmento às pretensões anunciadas dias antes, a ASP fez publicar na imprensa local um manifesto pela candidatura de Machado Lima: "assignado por todos os presidentes dos clubes de nossa capital e representantes dos mesmos junto á A. E. Paranaense"⁵³. Não demorou para que os cronistas esportivos do *Commercio do Paraná* e da *Gazeta do Povo* se unissem aos paredros no apoio à candidatura do presidente da ASP. Dos cronistas, a campanha ganhou o slogan "candidatura sportiva"⁵⁴, além de vários elogios à campanha do Dr. Machado Lima: "o único presidente que collocou o desporto do á altura dos mais adiantados do país"⁵⁵.

Em meio à campanha, para angariar apoiadores em outras cidades paranaenses, o presidente da ASP propôs a: "organização de um campeonato integral de Foot Ball do Paraná, aonde todos os gremios desportivos do Estado concorrerão ao título de campeão Paranaense"⁵⁶. Desse modo, Machado Lima atendia a uma antiga reivindicação dos clubes do interior e do litoral, desejosos de um campeonato paranaense que não se restringisse à capital. A proposta de "campeonato integral", parece ter surtido algum efeito, ao menos é o que faz crer outra nota da *Gazeta do Povo*, segundo a qual, a candidatura teria: "recebido valiosas adhesões de influentes pessoas do interior e do littoral do Estado"⁵⁷.

A candidatura do mandatário da ASP fortaleceu no debate público as demandas pelo reconhecimento das agremiações e ligas esportivas como instituições de utilidade pública, o que viabilizaria a isenção fiscal e as doações do Estado a essas instituições.

⁵¹ ESPORTES. *Commercio do Paraná*. 12 ago 1921. p 4.

⁵² Idem

⁵³ ESPORTES. *Commercio do Paraná*. 21 ago 1921. p 2.

⁵⁴ DESPORTOS. *Gazeta do Povo*. 26 out 1921. p 2.

⁵⁵ DESPORTOS. *Gazeta do Povo*. 26 out 1921. p 2.

⁵⁶ Idem

⁵⁷ DESPORTOS. *Gazeta do Povo*. 25 out 1921. p 2.

Para o periodista da Gazeta, a candidatura e a solicitação eram legítimas e mereciam o apoio dos governantes: "a aspiração da mocidade desportista, por sincera, livre de qualquer injunção, necessita ser apoiada pelas autoridades constituídas"⁵⁸.

Em nossa pesquisa, não encontramos maiores informações sobre o andamento da campanha, sabemos apenas que Machado Lima não foi eleito para o cargo de deputado estadual. Entretanto, a visibilidade de sua campanha fortaleceu as pautas dos *sportman* locais. Como resultado dessa pressão, em março de 1922, o deputado estadual Manoel de Oliveira Franco: "apresentou ao Congresso Legislativo um projecto considerando a ASP, como instituição de utilidade pública"⁵⁹.

Por outro lado, as demais forças políticas do Paraná passaram a olhar a ASP como um espaço de poder, que deveria ser disputado, uma vez que seu prestígio popular angariava dividendos políticos aos seus dirigentes. Nas eleições para a diretoria da liga em 1923, a primeira depois da candidatura de Machado Lima, o cronista da Gazeta do Povo comentaria: "Cousa interessantissima de registro - a politica dominante está se preocupando com o esporte. Ella quer que pontifique na Asp um seu correligionário... O que tem de ver o esporte com a política?"⁶⁰. A resposta viria pela pena do próprio cronista, no dia seguinte: "Incontestavelmente hoje um membro da Directoria da ASP [...] equivale a uma das figuras de maior destaque do nosso Estado". E segue: "Compreendendo essas grandes vantagens do football é que o partido político P.R.P. intrometeu-se nelle, impondo esse o aquelle candidato à presidencia da ASP". O intuito seria: "fazer dessa grande entidade esportiva instrumento de 'caça votos'"⁶¹. Desse modo, com sua diretoria disputada entre o PRP e os dissidentes de 1914, a política interna da ASP reproduzia as divisões da política institucional paranaense. A corrupção dos seus fins era, paradoxalmente, seu atestado de poder político.

BIBLIOGRAFIA

BENVENUTTI, A. *As reclamações do povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)*. Dissertação em História - UFPR, Curitiba, 2004

CAPRARO, A. *Football, uma prática elitista e civilizadora - investigando o ambiente social e esportivo paranaense do início do século XX*. Dissertação em História - UFPR. Curitiba, 2002.

⁵⁸ DESPORTOS. *Gazeta do Povo*. 17 set 1921. p 2.

⁵⁹ DESPORTOS. *Gazeta do Povo*. 24 mar 1922. p 3.

⁶⁰ DESPORTOS. *Gazeta do Povo*. 06 fev 1923. p 3.

⁶¹ DESPORTOS. *Gazeta do Povo*. 07 fev 1923. p 3.



DRUMOND, Maurício. História política do esporte. IN: MELO, V; DRUMOND, M; FORTES, R; SANTOS, J. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SOUZA, Jhonatan U. O jogo das tensões: clubes de imigrantes italianos no processo de popularização do futebol em Curitiba (1914-1933). Dissertação em História - UFPR, 2014.

STREAPCO, J. "Cego é aquele que só vê a bola." *O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistas: S. C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F.C. (1894-1942)*. Dissertação em História - USP, São Paulo, 2010.

MELO, Victor A. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas esportivas no Brasil. IN: *Revista Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 3., 2006.

RIBEIRO, L. Futebol: por uma história política da paixão nacional. IN: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n 57, 2012.

RODRIGUES, Marilita A. R.. Esporte, cidade e modernidade: Belo Horizonte. IN: MELO, Victor A. *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.